



elevadores e escadas rolantes

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

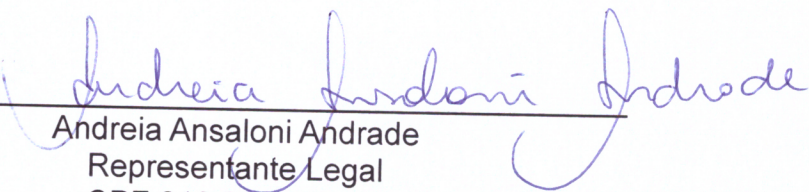
Processo Licitatório nº 55/2017

Objeto: Serviço de manutenção, reparos e reposição de peças em equipamento Transpalete Tracionário e serviços de manutenção preventiva e corretiva de plataforma elevatória de passageiros, fabricante Montele, modelo PL200, com fornecimento de peças originais ou similares, na cidade de Belo Horizonte – MG.

A empresa **Elevadores Milênio Ltda-EPP** inscrita no CNPJ nº **03.539.398/000127**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) **Andreia Ansaloni Andrade**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **MG-12.247-137** e do CPF nº **013.230.566-61**, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2018.



Andreia Ansaloni Andrade
Representante Legal
CPF 013.230.566-61



elevadores e escadas rolantes

DECLARAÇÃO ME/EPP

Processo Licitatório nº 55/2017

Objeto: Serviço de manutenção, reparos e reposição de peças em equipamento Transpaleta Tracionário e serviços de manutenção preventiva e corretiva de plataforma elevatória de passageiros, fabricante Montele, modelo PL200, com fornecimento de peças originais ou similares, na cidade de Belo Horizonte – MG

A empresa **Elevadores Milênio Ltda-EPP** inscrita no CNPJ nº **03.539.398/000127**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Sr.(a) **Andreia Ansaloni Andrade**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **MG-12.247-137** e do CPF nº **013.230.566-61**, DECLARA, sob pena de responder pelos crimes cominados no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e no art. 93 da Lei Federal nº 8.666/93, que cumpre os requisitos legais para sua qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/06, e na Lei Estadual nº 20.826/13.

DECLARA ainda ter conhecimento de que, para fruição do tratamento favorecido retromencionado, as informações registradas no Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual – SIARE - SEF/MG e no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF acerca de seu porte devem corresponder à realidade, sendo seu dever conferir sua exatidão e mantê-las em conformidade com as regras de enquadramento previstas no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06.

() Ressalva: declaro que minha empresa possui restrição referente à documentação fiscal e trabalhista, para que possa regularizar a situação quando for declarado vencedor do certame, nos termos do § 3º, do art. 15, da Lei Estadual nº 20.826/13.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2018.



Andreia Ansaloni Andrade
Representante Legal
CPF 013.230.566-61